

As críticas da FGV ao novo índice

Uma nota contundente do diretor de Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, Julien Chacel, dirigida principalmente ao ministro Dílson Funaro; e o apoio do ex-ministro Octávio Gouvêia de Bulhões ao índice único, embora mantendo suas críticas à falta de controle sobre a inflação: estas foram as duas reações mais importantes partidas na FGV sobre a medida que retira qualquer validade legal ao índice geral de preços como indicador da inflação. Para Bulhões, o "governo deveria preocupar-se em combater as causas da inflação que estão no déficit público e não apenas os seus efeitos".

"O ministro Dílson Funaro está certo quando estabelece uma correção única para toda a renda", disse Bulhões. "Não podemos distinguir compensações à desvalorização da moeda. Conceder proporções maiores à poupança e menores aos salários é aumentar o tumulto da inflação."

Para Bulhões, diretor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, a adoção do índice único, embora correta em princípio, não resolve o problema da adequação desse mesmo índice como medida da inflação. Segundo ele, o governo deveria recorrer não a um, mas a vários índices que permitam avaliar melhor a taxa de inflação. Desses índices, de diferentes origens, deveria ser extraído o indicador final para a correção dos salários e das rendas de capital. "A própria Fundação fez uma salada de índices", acentuou Bulhões, assinalando que considera mais adequado que o índice único seja apurado pelo IBGE, "um órgão do governo".

Mas os índices intermediários poderiam ser não só do IPCA (INPC amplo, que agora passa ser o único), como também os índices apurados pela FGV e de outras instituições. Bem humorado, Bulhões acrescentou que a medida governamental, como está, "torna os índices insípidos e dentro em pouco os economistas poderão entrar em férias, bem como os jornalistas".

Para Bulhões, "todas essas confusões em relação à correção monetária decorrem do fato de o governo nos últimos cinco anos insistir em combater os efeitos da inflação, em vez de vencê-la na fonte, que é o déficit público".

O diretor de Pesquisas da FGV, Julien Chacel, em nota à imprensa, considerou "desnecessária" a cortesia do "senhor ministro da Fazenda" ao comunicar-lhe a mudança, ontem de manhã. Segundo Chacel, a adoção de um índice único "não é uma inovação", tendo sido adotada em 1981, quando o INPC regulava a correção monetária. Na época, disse Chacel, a FGV "nem sequer foi consultada e defrontou-se com um fato consumado".

Acrescentou que, em tese, a adoção do índice único é correta, mas com duas exceções: a correção dos ativos fixos das empresas — máquinas e instalações — e a taxa de câmbio. Nestes aspectos, acrescentou, "não me parece que do ponto de vista da teoria econômica os ministros estejam bem assessorados pelos economistas que os cercam". Segundo Chacel, a compra de máquinas e instalações não tem, necessariamente, sua variação de preços orientada por um índice cuja base é uma cesta de bens de consumo final. Igualmente para a taxa de câmbio, influenciada por outros fatores que não os salários. No caso do câmbio, Chacel recorda que defendeu em diversas ocasiões "um índice específico com preponderância de produtos industrializados e medição do movimento de preços na fase de atacado".

Chacel disse ainda que a previsão de um alto valor para o IGP de novembro pode ter "apressado uma decisão que estava sendo amadurecida". E rebateu as críticas do ministro Dílson Funaro aos valores dos preços agrícolas apurados pela FGV, assinalando que "as cotações de Bolsa têm como origem uma fonte oficial, o Serviço de Informações de Mercados Agrícolas, do Ministério da Agricultura". Quanto aos leilões realizados pela Companhia de Financiamento da Produção para conter a alta desses preços, "de duas, uma: ou os volumes colocados em leilão foram insuficientes ou os adquirentes desses leilões frustraram a intenção do governo formando estoques especulativos. Se assim for, a culpa não pode ser imputada aos índices".